



PROGRAMA DETALHADO da Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA (CEA)

Data da Elaboração: 10/11/2009

Data da Revisão: 30/11/2024

Vigência a partir de: 03/03/2025

Elaborado por: Certificação ANBIMA

Aprovado por: Superintendência de
Educação



Programa Detalhado da Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA (CEA)

- Versão 2.6 -

OBJETIVOS DA CEA

Os Programas de Certificação de Profissionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais- ANBIMA, CPA-10 e CPA-20, realizados desde 2002, se mostraram importantes ferramentas para elevar o nível de qualificação dos profissionais que atuam nos mercados financeiros e de capitais na comercialização e distribuição de produtos de investimento junto ao público investidor. Esta importância é comprovada por mais de 380 mil profissionais certificados pela ANBIMA desde o início deste processo.

Buscando aperfeiçoar continuamente o mercado em que atua, em 2009 a ANBIMA passou a oferecer a Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA – CEA, que objetiva certificar Profissionais das Instituições Participantes que assessoram os gerentes de contas de investidores pessoas físicas em investimentos, podendo indicar produtos dos mercados financeiro, de capitais e de previdência complementar aberta, disponíveis em sua instituição.

O CONTEÚDO DO PROGRAMA DETALHADO

O presente programa é composto por seis grandes temas: Sistema Financeiro Nacional e Participantes do Mercado; Princípios básicos de Economia e Finanças; Instrumentos de Renda Variável, Renda Fixa e Derivativos; Fundos de Investimento; Produtos de Previdência Complementar; Gestão de Carteiras e Riscos; e Planejamento de Investimento.

A ANBIMA assume o compromisso de revisar periodicamente esse Programa Detalhado com a finalidade de incorporar novos assuntos, sempre que o dinamismo e a evolução do mercado de capitais venham torná-los relevantes e essenciais.

A legislação vigente representativa para a venda de produtos de investimento, ainda que não totalmente explicitada, encontra-se também presente nos conceitos e conteúdo dos diversos temas e tópicos abordados. Aspectos conceituais e práticos relacionados à Matemática Financeira poderão ser objeto de avaliação. O profissional poderá utilizar máquina calculadora para a realização do exame, desde que não seja calculadora alfanumérica.

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS

A fim de melhor direcionar os estudos dos candidatos que realizam o exame de Certificação de Especialista em Investimentos, a ANBIMA disponibiliza um documento intitulado “ORIENTAÇÕES DE ESTUDO da Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA”, que detalha quais conhecimentos e habilidades são exigidos nos diferentes tópicos apresentados nesse Programa Detalhado. Dessa forma, este documento indica o que poderá ser exigido (por exemplo: conceito, cálculo, análise entre outras habilidades) no exame com base nos tópicos presentes nesse Programa Detalhado.

PROGRAMA DETALHADO CEA

- Versão 2.6 –

A legislação aplicável ao conteúdo do exame é aquela que se encontra vigente e eficaz em até 06 (seis) meses antes da data do exame, salvo as exceções avaliadas pela ANBIMA.

1. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E PARTICIPANTES DO MERCADO (PROPORÇÃO: DE 5 A 15 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos sobre Sistema Financeiro Nacional, os Participantes, a Regulação, Fiscalização e Autorregulação dos Mercados Financeiro e de Capitais.

1.1 Composição do SFN: Órgãos de Regulação, Autorregulação, Fiscalização e demais participantes do mercado

1.1.1 Atribuições dos órgãos de Regulação e Fiscalização: Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

1.1.2 Instituições Financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais, Bancos de Investimento.

1.1.3 Outros Intermediários: Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários e Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários.

1.1.4 B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão.

1.1.5 Investidores Qualificados, Investidores Profissionais e Investidores Não-Residentes.

1.2 Códigos ANBIMA de Regulação

1.2.1 Atribuições da ANBIMA: Condução dos Processos de Regulação e Melhores Práticas das Instituições e dos Mercados

1.2.1.1 Código ANBIMA de Ofertas Públicas

1.2.1.2 Código ANBIMA de Regulação de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros

1.2.1.3 Código ANBIMA de Certificação

1.2.1.4 Código ANBIMA de Distribuição de Produtos de Investimento

1.3 Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)

1.3.1 Legislação e regulamentação correlata:

1.3.1.1 Quem está sujeito à lei e à regulamentação: abrangência, amplitude e responsabilidades dos profissionais e das Instituições Financeiras e Não-Financeiras (Lei 9.613, cap. V, art. 9º, Resolução CVM nº 50, cap. I e Circulares Bacen 3.858/2017, cap. I e 3.978/20, cap. I)

1.3.1.2 Identificação dos clientes e da manutenção de registros (Lei 9.613, cap. VI, art.10A, Resolução CVM nº 50, cap. IV e VI e Circular Bacen 3.978/20, cap. V e VI)

1.3.1.3 Da comunicação de Operações Financeiras ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF (Lei 9.613, cap. VII, Resolução CVM nº 50, cap. V, Circular Bacen 3.978/20, cap. VII e VIII e Carta Circular Bacen 4.001/20)

1.3.1.4 Do cumprimento de sanções de indisponibilidade de ativos impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU (Lei 13.260/16, Lei 13.810/19, Resolução CVM nº 50, cap. VII e Resolução Bacen nº 44)

1.3.1.5 Políticas e procedimentos de PLD/FT - Organismos nacionais e de cooperação internacional. Convenção de Viena, Decreto n.154/91, Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, Decreto n. 5.640/05 e o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo – GAFI (Lei 9.613, cap. IX, Lei 13.260/16, Lei 13.810/19, Resolução CVM nº 50, Resolução Bacen nº 44 e Circular Bacen 3.978/20)

1.3.2 Conceito de abordagem baseada em risco para PLD/FT (Resolução CVM nº 50, cap. II e Circular Bacen 3.978/20, cap. IV):

1.3.2.1 Avaliação Interna de Risco

1.3.2.2 Política direcionada às características e riscos relevantes da instituição

1.3.2.3 Controle de efetividade das políticas e procedimentos

1.3.3 Aplicação do princípio “Conheça seu cliente” (Resolução CVM nº 50, cap. IV e Circular Bacen 3.978/20, cap. V):

1.3.3.1 Função do cadastro e implicações de um cadastro desatualizado. Análise da capacidade financeira do cliente

1.3.3.2 O princípio “Conheça seu cliente” como forma de proteção da Instituição Financeira e do profissional

1.3.4 Procedimentos destinados a conhecer funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados (Resolução CVM nº 50, cap. II e Circular Bacen 3.978/20, cap. IX)

1.4 Normas e Padrões Éticos

1.4.1 Controles Internos: Resolução CMN Nº 4.968, de 25 de novembro de 2021, Artigo 1º. Segregação de atividades de forma a evitar possíveis conflitos de interesses , também conhecido como Barreira de Informação: Capítulo II Seção I a III. Responsabilidades da Administração: Capítulo III

1.4.2 Dos crimes e dos ilícitos contra o mercado de capitais

1.4.2.1. Crimes contra o mercado de capitais (Capítulo VII-B da Lei 6.385/76)

1.4.2.1.1 Manipulação do Mercado – art. 27-C

1.4.2.1.2 Uso Indevido de Informação Privilegiada – art. 27-D

A) Insider Trading primário

B) Insider Trading secundário

C) Repasse de informação privilegiada

1.4.2.1.3 Exercício Irregular de Cargo, Profissão, Atividade ou Função Regulada – art. 27-E

1.4.2.1.4 Omissão Imprópria (art. 13, § 2º do Código Penal)

1.4.2.2. Ilícitos de mercado (Resolução CVM nº 62)

1.4.2.2.1 Conceito de tipologia aberta e suas implicações para os profissionais

1.4.2.2.2 Os ilícitos de mercado

1.4.2.2.2.1 Criação de condições artificiais

1.4.2.2.2.1.1 Conceito

1.4.2.2.2.1.2 Money Pass

1.4.2.2.2.2 Manipulação de preços

- 1.4.2.2.2.2.1 Conceito
- 1.4.2.2.2.2.2 Spoofing
- 1.4.2.2.2.2.3 Layering
- 1.4.2.2.2.2.4 Manipulação de Benchmark
- 1.4.2.2.2.3 Operações fraudulentas
 - 1.4.2.2.2.3.1 Conceito
 - 1.4.2.2.2.3.2 Churning
- 1.4.2.2.2.4 Práticas não equitativas
 - 1.4.2.2.2.4.1 Conceito
 - 1.4.2.2.2.4.2 Insider Trading
 - 1.4.2.2.2.4.3 Front Running
- 1.4.3 Código de Distribuição de Produtos de Investimento da ANBIMA
 - 1.4.3.1 Objetivo e Abrangência (Cap. I)
 - 1.4.3.2 Associação e Adesão(Cap. II)
 - 1.4.3.3 Princípios Gerais de Conduta (Cap. III)
 - 1.4.3.4 Da Distribuição de Produtos de Investimento (Título III). Regras Gerais (Cap. IV)
 - 1.4.3.5 Conheça seu Cliente (Cap. V)
 - 1.4.3.6 Suitability (Cap. VI)
 - 1.4.3.7 Publicidade (Cap. VII)
 - 1.4.3.8 Transparência na remuneração do Distribuidor (Cap. VIII)
 - 1.4.3.9 Serviços de Intermediação no Exterior (Cap. X)
 - 1.4.3.10 Transferência de Produtos de Investimento (Cap. XI)
 - 1.4.3.11 Apuração de Valores de Referência (Cap. XII)
 - 1.4.3.12 Private (Cap. XIV)
 - 1.4.46 Documento de Regras e Procedimentos de Deveres Básicos do Código de Distribuição

1.4.4.1 Objetivo e Abrangência (Capítulo I)

1.4.4.2 Deveres Básicos das Instituições Participantes (Título II). Regras estruturais (Capítulo II)

1.4.4.2.1 Ambientes de Controles (Seção I)

1.4.4.2.2 Segregação de Atividades (Seção II)

1.4.4.2.3 Privacidade e proteção dos dados (Seção III)

1.4.4.3 Regras para Uso dos Selos ANBIMA (Título III). Regras Gerais (Cap. III)

1.4.4.3.1 Uso dos Selos (Cap. IV). Uso obrigatório dos selos ANBIMA (Seção I). Código de Distribuição (Subseção II). Código de Ofertas Públicas (Subseção III). Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (Subseção IV)

1.4.5 Documento de Regras e Procedimentos de Distribuição de Produtos de Investimento

1.4.5.1 Objetivo e Abrangência (Cap. I)

1.4.5.2 Da Atividade de Distribuição de Produtos de Investimento (Cap. II). Regras Gerais (Seção I)

1.4.5.2.1 Divulgação de informações por meios eletrônicos (Seção II)

1.4.5.2.2 Canais digitais (Seção III)

1.4.5.2.3 Remuneração do distribuidor (seção IV)

1.4.5.3 Conheça seu cliente (Cap. III)

1.4.5.4 Suitability (Cap. IV). Regras Gerais (Seção I)

1.4.5.4.1 Classificação do cliente (Seção II)

1.4.5.4.2 Classificação dos produtos de investimento (Seção III). Classificação de risco (Subseção I). Categorias de produtos de investimento (Subseção II). Produtos de investimento complexos (Subseção III). Serviços de intermediação no exterior (Subseção IV)

1.4.5.5 Contratação de Assessores de Investimento (Cap. VI)

1.4.5.6 Contratação de Influenciadores Digitais (Cap. VII). Transparência (Seção I).
Responsabilidade (Seção II)

1.4.5.7 Serviços de Intermediação no Exterior (Cap. VIII)

1.4.5.8 Transferência de Produtos de Investimento (Cap. IX). Regras Gerais (Seção I)

1.4.5.8.1 Transferência de cotas de classes de fundos de investimento (Seção II)

1.4.5.8.2 Transferência de custódia dos demais produtos de investimento (Seção
V)

1.4.5.9 Apuração de valores de referência (Cap. X)

1.4.5.9.1 Critérios para a apuração de valores de referência dos títulos (Seção VI).

1.4.5.9.2 Regras Gerais (Seção VII). Responsabilidade (Subseção I)

1.4.5.10 Publicidade (Cap. XI). Regras Gerais (Seção I)

1.4.5.10.1 Material publicitário (Seção II)

1.4.5.10.2 Material técnico (Seção III)

1.4.5.10.3 Simulação e comparação (Seção V). Simulação (Subseção I).
Comparação (Subseção II)

1.4.5.10.4 Avisos obrigatórios (Seção VI)

1.4.5.11 Regras e procedimentos de distribuição para clientes Private (Anexo
complementar I)

1.4.5.12 Regras e procedimentos de distribuição para Fundos de Investimento (Anexo
II). Objetivo e Abrangência (Cap. I)

1.4.5.12.1 Divulgação de informações (Cap. II)

1.4.6 Código de Conduta Ética

1.4.6.1 Introdução

1.4.6.2 Os nove princípios éticos que nossos profissionais certificados devem
seguir

- 1.4.6.3 Nossas regras gerais de conduta para pessoas candidatas
- 1.4.6.4 Nossas regras gerais de conduta para profissionais com certificação
- 1.4.6.5 Deveres de profissionais com CPA-10, CPA-20 e CEA

1.5 Conceitos de ASG (Ambiental, Social e Governança)

1.5.1 Aspectos Ambientais

1.5.2 Aspectos Sociais

1.5.3 Aspectos de Governança Corporativa

1.5.4 Regulação e Autorregulação ASG

1.5.4.1 Resolução CMN 4.943/2021

1.5.4.2 Resolução CMN 4.944/2021

1.5.4.3 Resolução CMN 4.945/2021 – Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)

1.5.4.4 Resolução BCB nº 139 - Divulgação de relatório de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas (Relatório GRSAC)

1.5.4.5 Instrução Normativa BCB nº 153 - Estabelece tabelas padronizadas para fins de divulgação de relatório de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas (Relatório GRSAC)

2. PRINCÍPIOS BÁSICOS DE ECONOMIA E FINANÇAS (PROPORÇÃO: DE 5 A 15 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos sobre Economia e Finanças. Além disto, o profissional deverá ter capacidade de interpretar a informação e explicar seu significado. Alguns dos tópicos poderão exigir cálculos financeiros, diagramação, interpretação de gráficos e resolução de problemas utilizando técnicas de matemática financeira.

2.1 Conceitos Básicos de Economia

2.1.1 Indicadores econômicos (definição): PIB – Produto Interno Bruto, Índices de Inflação (IPCA e IGP-M), taxa de câmbio (PTAX), taxa SELIC, taxa DI e TR – Taxa Referencial.

2.1.2 Política Fiscal: necessidade de financiamento do setor público, implicações sobre a dívida pública.

2.1.3 Política Cambial: cupom cambial, reservas internacionais, regimes de taxa de câmbio. Relações e conceitos.

2.1.4 Contas Externas: Balança Comercial, Transações Correntes, Conta de Capital. Conceitos.

2.2 Conceitos Básicos de Finanças

2.2.1 Valor Presente, Valor Futuro, Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa

2.2.2 Regime de Capitalização Simples

2.2.2.1 Proporcionalidade de Taxas

2.2.3 Regime de Capitalização Composto

2.2.3.1 Equivalência de Taxas

2.2.4 Regime de Capitalização Contínuo

2.2.5 Desconto Bancário ou “por fora”

2.2.6 Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real: Indexador e Fórmula de Fisher

2.2.7 Séries Uniformes de Pagamentos

2.2.7.1 Séries Uniformes Antecipadas

2.2.7.2 Séries Uniformes Postecipadas

2.2.7.3 Perpetuidade

2.2.7.4 Valor Futuro (ou Montante) de uma Série Uniforme de Pagamentos

2.2.8 Sistemas de amortização: SAC (Sistema de Amortização Constante), Tabela Price e SAA (Sistema de Amortização Americano)

2.2.9 Métodos de Análise de Investimentos

2.2.9.1 Taxa Mínima de Atratividade

2.2.9.2 Custo de Oportunidade

2.2.9.3 Taxa Interna de Retorno (TIR) e Taxa Interna de Retorno Modificada; Risco de Reinvestimento

2.2.9.4 Valor Presente Líquido (VPL)

3. INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL, DERIVATIVOS e ATIVOS DIGITAIS (PROPORÇÃO: DE 15 A 25 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos e a estrutura dos produtos de renda variável, renda fixa e dos principais instrumentos derivativos negociados no mercado local e internacional. O profissional deverá entender, explicar e avaliar os principais instrumentos financeiros, suas formas de negociação, bem como das características operacionais dos produtos. Cálculos poderão ser exigidos com a utilização de calculadoras financeiras.

3.1 Instrumentos de Renda Fixa

3.1.1 Formação das Taxas de Juros no Brasil

3.1.1.1 A Influência das Taxas de Juros nas Empresas e no Governo

3.1.1.2 A Política Monetária, seus instrumentos e o Comitê de Política Monetária (COPOM)

3.1.1.3 Investimentos e Cenários: relação entre os cenários econômicos e as taxas de juros

3.1.2 Caderneta de Poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação

3.1.3 Principais características de Títulos Públicos e Privados

3.1.3.1 Precificação de Títulos Públicos e Privados

3.1.3.2 Preço de Mercado: Ágio e Deságio

3.1.3.3 Retorno do investimento

3.1.4 Indicadores de Renda Fixa

3.1.4.1 Índice de Mercado ANBIMA – (IMA-B, IRF-M e IMA-S)

3.1.4.2 IDkA - Índice de Duração Constante ANBIMA (segmento Prefixado e segmento IPCA)

3.1.5 Estrutura Temporal das Taxas de Juros

3.1.5.1 Projeção da curva de Juros Prefixada

3.1.5.2 Projeção da curva de Cupom Cambial (dólar/euro)

3.1.5.3 Projeção da curva de Cupom de IGP-M e IPCA

3.1.6 Estrutura de Negociação do Mercado de Títulos Públicos e Privados; Leilões e Mercado de Balcão; Negociação no Mercado Primário e Secundário

3.1.7 Tesouro Direto: Títulos Negociados, Estrutura, Forma de Negociação e Custos para o investidor. Nomenclatura dos títulos negociados e adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e seus objetivos

3.1.8 Principais Títulos Públicos negociados no Mercado Interno

3.1.8.1 Letras do Tesouro Nacional (LTN)

3.1.8.2 Letras Financeiras do Tesouro (LFT)

3.1.8.3 Notas do Tesouro Nacional (NTN-B; NTN-B Principal e NTN-F)

3.1.8.4 Tesouro Renda+ (título do Tesouro Direto)

3.1.8.5 Tesouro Educa+ (título do Tesouro Direto)

3.1.9 Principais Títulos Privados negociados no Sistema Financeiro Nacional

3.1.9.1 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

3.1.9.2 Recibo de Depósito Bancário (RDB)

3.1.9.3 Depósito Interfinanceiro (DI)

3.1.9.4 Depósito à Prazo com Garantia Especial (DPGE)

3.1.9.5 Notas Promissórias (NP)

3.1.9.6 Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei 12.431/2011)

3.1.9.7 Securitização de Recebíveis

3.1.9.8 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI), Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Letra Imobiliária Garantida (LIG).

3.1.9.9 Títulos do segmento agrícola: Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA e Cédula de Produtor Rural – CPR.

3.1.9.10 Títulos do segmento ASG

3.1.9.10.1 Títulos verdes (*Green Bonds*)

3.1.9.10.2 Títulos Sociais (*Social Bonds*)

3.1.9.10.3 *Sustainability Linked bonds*

3.1.9.10.4 Títulos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

3.1.9.10.5 Títulos de Transição (Climática)

3.1.9.11 Letra Financeira (LF)

3.1.9.12 Letras de Câmbio (LC)

3.1.10 Operações compromissadas: Lastros; Riscos para o investidor em relação aos demais títulos de emissão de instituições financeiras

3.1.11 Renda Fixa Internacional

3.1.11.1 Taxas de Câmbio: Relações de Paridade entre as Moedas

3.1.11.2 Transferência Internacional de Recursos

3.1.11.3 Principais títulos emitidos pelo Tesouro Norte-Americano: *Treasury Bills, Treasury Notes, Treasury Bonds*, e TIPS - *Treasury Inflation-Protected Securities*.

3.1.11.4 Títulos Brasileiros no Mercado Internacional: *Global Bonds e Eurobonds*

3.1.11.5 Outros títulos: *Certificates of Deposit (CD)* e *Commercial Papers (CP)*

3.1.11.6 *Repos (Repurchase Agreements)*

3.1.12 Os Riscos em aplicações de Renda Fixa

3.1.12.1 Risco de Crédito

3.1.12.1.1 Definição de solvência e inadimplência

3.1.12.1.2 Mensuração do risco de crédito

3.1.12.1.3 *Spread* de crédito e probabilidade de inadimplência (Impactos sobre a formação de preços)

3.1.12.1.4 Capacidade de pagamento (alavancagem, endividamento, estrutura de capital, geração de caixa).

3.1.12.2 *Ratings* e sua influência sobre preços dos ativos.

3.1.12.3 Risco Operacional.

3.1.12.4 Risco de Mercado

3.1.12.5 Risco de Liquidez

3.1.12.6 Risco País

3.1.12.7 Risco Cambial

3.1.13 Análise de Títulos de Renda Fixa

3.1.13.1 *Yield to Maturity, Current Yield e Coupon Rate*

3.1.13.2 Relação entre prazos dos títulos, taxas de juros, risco de crédito e formação de preços.

3.1.13.3 *Duration* de Macaulay e *Duration* Modificada

3.1.14 FGC – Fundo Garantidor de Crédito: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização.

3.1.15 FGCoop – Fundo Garantidor do Cooperativismo: produtos e serviços que possuem garantia do FGCoop, limites de cobertura e operacionalização

3.2 Renda Variável

3.2.1 Ações: Tipos, Classes e Espécies. Certificado de Depósito de Ações (UNITS).

3.2.2 BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*

3.2.2.1 Patrocinados e não patrocinados

3.2.3 Riscos no Mercado Acionário

3.2.3.1 Risco de Mercado (Volatilidade)

3.2.3.2 Risco de Liquidez

3.2.4 Mercado de Ações

3.2.4.1 Direitos dos Acionistas

3.2.4.1.1 Acionistas Minoritários

3.2.4.1.2 *Tag Along*

3.2.4.1.3 Direitos de Subscrição, Bonificação, Desdobramento de Ações e Grupamentos de Ações

3.2.4.2 Ganho de Capital na valorização das ações. Rendimento dos Acionistas: Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

3.2.4.3 Mercado Primário e Mercado Secundário: Principais conceitos e funções econômicas; características e formas de negociação

3.2.5 Abertura de Capital (*Initial Public Offering* - IPO) e Oferta Pública de Valores Mobiliários

3.2.5.1 Principais Instituições: funções e principais características

3.2.5.1.1 Banco Coordenador

3.2.5.1.2 Agência de Rating

3.2.5.1.3 Agente Fiduciário

3.2.5.1.4 Banco Escriturador e Mandatário

3.2.5.1.5 Banco Liquidante

3.2.5.1.6 Depositário

3.2.5.1.7 Custodiante

3.2.5.1.8 Função do formador de mercado (*Market maker*) e mecanismo de estabilização de preços

3.2.5.2 Subscrição Pública de Ações: O papel dos principais agentes no Processo de *Underwriting*; Estrutura de uma operação de IPO.

3.2.5.3 Tipos de Subscrição: Firme, Residual (*Stand-by*) e Melhores Esforços (*Best Effort*)

3.2.5.4 Formação de Preço na Emissão das Ações: *Bookbuilding*; Preço Fixo ou Leilão em Bolsa

3.2.6 Código ANBIMA de Ofertas Públicas

3.2.6.1 Definições (Cap. I)

3.2.6.2 Objetivo e Abrangência (Cap. II)

3.2.6.3 Princípios Gerais de Conduta (Cap. IV)

3.2.6.4 Regras Gerais (Cap. V)

3.2.6.5 Documentos da Oferta (Cap. VI)

3.2.6.6 Selo ANBIMA (Cap. X)

3.2.6.7 Publicidade (Cap. VII)

3.2.7 Negociação no Mercado Secundário de Ações

3.2.7.1 Bolsas de Valores e Mercado de Balcão

3.2.7.2 Tipos de Ordens de Negociações

3.2.7.3 Operações a Vista, a Termo e Opções

3.2.8 Índices de Bolsa de Valores: Índice Bovespa (IBOVESPA), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); Índice Brasil (IBrX); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC); Índice *MidLarge Cap* – MLCX; Índice *Small Cap* – SMLL, Índice de Energia Elétrica-IEE, Índice Carbono Eficiente B3 – ICO2 B3, Índices de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG B3, Índice de Governança Corporativa Trade -IGCT B3, Índice de Governança Corporativa Novo Mercado -IGC NM B3.

3.2.8.1 Metodologias de composição dos índices; uso dos índices em função dos objetivos de investimento dos investidores

3.2.9 Governança Corporativa

3.2.9.1 Conceitos Gerais

3.2.9.2 Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da B3: Critérios de Adesão

3.2.10 Avaliação de Investimentos em Ações

3.2.10.1 Conceitos Gerais: Valor Nominal, Valor Patrimonial, Valor de Mercado e Valor de Liquidação

3.2.10.2 Lucro por Ação – LPA

3.2.10.3 Índice Preço/Lucro – P/L

3.2.10.4 Custo Médio Ponderado de Capital

3.2.10.5 Medidas de fluxo de caixa, incluindo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA ou EBITDA).

3.2.10.6 Distinções entre Análise Técnica e Análise Fundamentalista

3.2.11 Investimentos em Ações no Exterior

3.2.11.1 Ações de Empresas Estrangeiras negociadas nos Estados Unidos e em outros mercados: *American Depositary Receipts* (ADR) – Níveis 1, 2, 3 e 144-A; *Global Depositary Receipts* (GDR): principais características dos produtos e as diferenças entre os recibos e mercados

3.2.11.2 Índices de bolsa de valores no exterior: S&P 500, *Dow Jones*, NASDAQ, MSCI *World*, MSCI *Emerging Markets* e *Euro Stock*, *DJSI - Dow Jones Sustainability Indices*, *FTSE4Good*, *S&P ESG Indices*.

3.2.12 Clubes de Investimento em Ações: Regulamentação, limites de concentração e características operacionais; vantagens e desvantagens para os investidores frente a outras opções de investimento no mercado acionário; restrições.

3.3 Derivativos

3.3.1 Conceitos Gerais de Derivativos

3.3.2 Formas de utilização dos Contratos Derivativos: Principais estratégias, os riscos e suas utilizações.

3.3.2.1 Especulação

3.3.2.2 Arbitragem

3.3.2.3 *Hedge*

3.3.3 Mercados Futuros

3.3.3.1 Conceitos Gerais: Definições e características operacionais

3.3.3.2 Participantes dos Mercados Futuros

3.3.3.3 Contratos Futuros Negociados em Bolsas: Ações, Índices, Taxas de Juros, Taxa de Câmbio e *Commodities*: Conceito, finalidade, formas de negociação e os riscos envolvidos.

3.3.3.3.1 Preços, Margens e Ajustes: conceitos e impactos na utilização de mercados futuros em função da variação nas condições do mercado.

3.3.3.4 Contratos Futuros de Balcão de negociação de moeda sem entrega física (NDF – *Non Deliverable Forward*)

3.3.3.4.1 Formação de Preço e Registro em *Clearing* – B3 - vantagens do NDF em relação ao contrato futuro de Câmbio

3.3.3.5 Principais Estratégias com Contratos Futuros; os riscos e suas utilizações

3.3.3.5.1 Estratégias de *Hedge*; conceitos e aplicações práticas

3.3.3.5.2 Estratégias de Especulação: conceitos e aplicações práticas

3.3.3.5.3 Estratégias de Arbitragem: conceitos e aplicações práticas

3.3.4 Mercado de Opções

3.3.4.1 Conceitos Gerais sobre Opções; Opções Europeias e Americanas: características, os riscos e suas utilizações

3.3.4.2 Participantes do Mercado de Opções

3.3.4.3 Opções de Compra (*Call*) e Opções de Venda (*Put*); Titular e Lançador: Definições, características, os riscos e suas utilizações

3.3.4.4 Valor e Prêmio das Opções

3.3.4.4.1 Fatores que influenciam o prêmio de uma opção: Preço à vista do ativo-objeto, preço de exercício, taxa de juros, tempo até o vencimento e volatilidade do ativo-objeto.

3.3.4.4.2 Modelo Binomial - Conceito

3.3.4.4.3 Modelo de *Black & Scholes* – Conceito

3.3.4.5 Principais Estratégias com Opções. Análise de diagramas e gráficos. Os riscos das estratégias utilizando opções e suas aplicações mais comuns.

3.3.4.5.1 Operação de Financiamento

3.3.4.5.2 Box de 2 pontas e 4 pontas

3.3.4.5.3 *Straddle* e *Strangle*

3.3.4.5.4 *Caps*, *Floor* e *Collars*

3.3.4.5.5 Opções exóticas (com barreiras)

3.3.5 Mercado a Termo de Ações

3.3.5.1 Conceitos Gerais: Definições; principais características dos contratos e forma de negociação

3.3.5.2 Principais Estratégias com Mercado a Termo de Ações: os riscos e formas de utilização do mercado a termo de ações

3.3.6 *Swaps*

3.3.6.1 *Swaps* de Taxa de Juros, Moedas e Índices de Preço: definições; principais características dos contratos e forma de negociação

3.4 Certificado de Operações Estruturadas – COE

3.4.1 Definição e finalidade

3.4.2 Modalidades: valor nominal protegido e valor nominal em risco. Conceito

3.4.3 Distribuição via oferta pública: Resolução CVM Nº 8 Cap II; CAPÍTULO III – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES, Seção I – Documento de Informações Essenciais – DIE e Seção II – Material Publicitário; Anexo: Documento de Informações Essenciais do Certificado de Operações Estruturadas – DIE-COE.

3.5 Tributação para Pessoas Físicas Residentes no Brasil

3.5.1 Aspectos Gerais

3.5.1.1 Fato Gerador

3.5.1.2 Base de Cálculo e Alíquotas

3.5.1.3 Agentes Responsáveis pelos recolhimentos

3.5.1.4 Prazos Legais

3.5.1.5 Compensação de Perdas

3.5.1.6 Isenções e Limites de Isenção

3.5.2 Imposto de Renda sobre aplicações financeiras de renda fixa, exceto em fundos de investimento

3.5.2.1 Imposto sobre Operações Financeiras nas aplicações de renda fixa; Impacto no rendimento do investidor; isenções.

3.5.3 Imposto de Renda sobre operações realizadas em Bolsas de Valores, em Bolsas de Mercadorias e Futuros e assemelhadas

3.5.3.1 Imposto de Renda das operações de renda variável no mercado à vista de Bolsa de Valores, *day trade* e *swap*.

3.5.3.2 Tributação das operações com Contratos a Termo de Moedas

3.5.4 Imposto de Renda sobre as operações realizadas no exterior em títulos de renda fixa e renda variável

3.5.4.1 Rendimentos e Ganho de Capital

3.5.4.2 Origem dos recursos

3.5.5 Tributação nos Clubes de Investimento

3.6 Negociação, Liquidação e Custódia

3.6.1 Sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F.

3.6.2 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Clearing B3): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor.

3.6.3 Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB. Conceito e finalidade

3.7 Finanças Descentralizadas (DeFi)

3.7.1 Finanças tradicionais versus finanças descentralizadas

3.7.2 Vantagens do DeFi

3.7.3 Smart Contracts

3.7.4 Tokenização

3.7.5 Novas estruturas de mercado para negociações

3.7.6 NFT (*Non-Fingible Token*)

3.8 Investimentos em Criptoativos

3.8.1 Criptoativos no mercado tradicional

3.8.2 Parecer de orientação CVM 40

3.8.3 ETFs

3.8.4 Tipos de carteiras digitais

3.8.4.1 Hot Wallet

3.8.4.2 Cold Wallet

3.8.5 Formas de acesso a criptomoedas

3.8.6 Principais riscos

4. FUNDOS DE INVESTIMENTO (PROPORÇÃO: DE 10 A 20 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos sobre os Fundos de Investimento, sua regulamentação, estrutura, forma de negociação e características operacionais dos produtos.

4.1. Fundos de Investimento

4.1.1. Resolução CVM nº 175, parte geral

4.1.1.1. Características, Constituição e Comunicação

4.1.1.1.1. Definição de Fundos de Investimento

4.1.1.1.2. Conceito de Condomínio, Constituição e registro na CVM

4.1.1.1.3. Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses

4.1.1.1.4. Segregação patrimonial

4.1.1.2. Cotas

4.1.1.2.1. Classes abertas e fechadas

4.1.1.2.2. Emissão

4.1.1.2.3. Subscrição e Integralização

4.1.1.2.4. Resgate e Amortização

4.1.1.2.5. Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada

4.1.1.2.6. Distribuição

4.1.1.2.7. Investimento por conta e ordem

4.1.1.2.8. Participação política do Investidor por Conta e Ordem

4.1.1.3. Divulgação de Informações

4.1.1.3.1. Envio de comunicações aos cotistas

4.1.1.3.2. Divulgação de Informações e Resultados

4.1.1.3.2.1. Divulgação de cota e rentabilidade

4.1.1.3.2.2. Balancetes e demonstrações contábeis

- 4.1.1.3.2.3. Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes
- 4.1.1.3.3. Fundos Socioambientais
- 4.1.1.4. Assembleia de Cotistas
 - 4.1.1.4.1. Assembleias Gerais de cotistas
 - 4.1.1.4.2. Assembleias Especiais de cotistas
- 4.1.1.5. Prestação de Serviços
 - 4.1.1.5.1. Serviços Essenciais
 - 4.1.1.5.1.1. Funções do Administrador
 - 4.1.1.5.1.2. Funções do Gestor
 - 4.1.1.5.1.3. Negociação de ativos em Mercados Organizados
 - 4.1.1.5.1.4. Limites de Composição e Concentração da Carteira
 - 4.1.1.5.1.5. Gestão de Liquidez
 - 4.1.1.5.1.6. Direito de Voto
 - 4.1.1.5.1.7. Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito
 - 4.1.1.5.1.8. Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês
 - 4.1.1.5.2. Remuneração
 - 4.1.1.5.2.1. Taxa de Administração
 - 4.1.1.5.2.2. Taxa de Ingresso
 - 4.1.1.5.2.3. Taxa de saída
 - 4.1.1.5.2.4. Taxa máxima de distribuição
 - 4.1.1.5.2.5. Acordos de Remuneração
 - 4.1.1.5.3. Vedações
 - 4.1.1.5.4. Obrigações
 - 4.1.1.5.5. Normas de Conduta

- 4.1.1.6. Carteira
- 4.1.1.7. Classes Restritas e Previdenciárias
- 4.1.1.8. Encargos
- 4.1.1.9. Patrimônio Líquido Negativo com limitação de Responsabilidade
 - 4.1.1.9.1. Responsabilidade limitada de cotistas
 - 4.1.1.9.2. Responsabilidade Ilimitada de cotistas
 - 4.1.1.9.3. Patrimônio Líquido negativo
 - 4.1.1.9.3.1. Insolvência da classe de cotas
- 4.1.2. Fundos de Investimento Financeiro (FIF) - Resolução CVM nº 175/22, Anexo I
 - 4.1.2.1. Prestação de Serviços
 - 4.1.2.1.1. Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante
 - 4.1.2.1.2. Disposições Gerais
 - 4.1.2.1.3. Vedações
 - 4.1.2.2. Distribuição e Subscrição
 - 4.1.2.3. Carteira
 - 4.1.2.3.1. Ativos Financeiros no Brasil
 - 4.1.2.3.2. Ativos Financeiros no Exterior
 - 4.1.2.3.3. Limites por Emissor
 - 4.1.2.3.4. Limites por Modalidade de Ativo Financeiro
 - 4.1.2.3.5. Deveres Quanto aos Limites de Concentração
 - 4.1.2.4. Tipificação
 - 4.1.2.4.1. Fundos de Renda Fixa
 - 4.1.2.4.2. Fundo de Ações
 - 4.1.2.4.3. Fundos Cambiais

- 4.1.2.4.4. Fundos Multimercados
 - 4.1.2.4.5. Fundos Incentivados em Infraestrutura
 - 4.1.2.4.6. Fundos destinados à Garantia de Locação Imobiliária
 - 4.1.2.4.7. Concentração em Crédito Privado
 - 4.1.2.5. Investimento em Cotas de Outros Fundos de Investimento Financeiro
 - 4.1.2.6. Exposição a Risco de Capital
 - 4.1.2.7. Classes Restritas
 - 4.1.2.8. Encargos
- 4.1.3 Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos)
- 4.1.3.1 Fundo de Investimento Imobiliário (FII)
 - 4.1.3.2 Fundo de Investimento em Participações (FIP)
 - 4.1.3.3 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)
 - 4.1.3.4 Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Fundos de Índice) com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ETFs - Exchange Traded Funds e ETFs ASG.

4.2. Carteira Administrada

- 4.2.1. Conceitos Gerais; Gestão Discricionária e não Discricionária; Custódia.
- 4.2.2. Principais Características e comparação com Fundos de Investimento e Fundos Exclusivos.

4.3. Tributação em Fundos de Investimento e Carteira Administrada

- 4.3.1. Aspectos Gerais
 - 4.3.1.1. Fato Gerador
 - 4.3.1.2. Base de Cálculo e Alíquotas
 - 4.3.1.3. Agentes Responsáveis pelos Recolhimentos

4.3.2. Imposto de Renda nos Fundos de Renda Fixa de Curto Prazo e de Longo Prazo;
Fundos de Renda Variável

4.3.2.1. Composição das carteiras segundo regras da Receita Federal

4.3.2.2. “Come Cotas” – Alíquotas, características, datas de incidência e
responsabilidade de recolhimento. Impacto para o investidor.

4.3.2.3. Compensação de perdas no pagamento do IR

4.3.2.4. IOF nos Fundos de Renda Fixa; IOF nos Fundos com Data de Aniversário
(fundos com carência)

4.3.2.4.1. IOF e Imposto de Renda para Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas: fato
gerador, alíquotas (conforme tipo de fundo – curto prazo, longo prazo e
ações, segundo classificação da Secretaria da Receita Federal e tempo de
permanência da aplicação), bases de cálculo e responsabilidade de
recolhimento

4.3.2.5. Compensação de Perdas

4.3.2.6. Isenções. Regras e enquadramento.

4.3.3. Imposto de Renda nas Carteiras Administradas

4.4 Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros

4.4.1 Objetivo e Abrangência (Capítulo I)

4.4.2 Princípios Gerais de Conduta (Capítulo III)

4.4.3 Administração Fiduciária (Capítulo IV).

4.4.4 Gestão de Recursos de Terceiros (Capítulo V).

4.4.4.1 Obrigações gerais do gestor de recursos de terceiros (Seção I) e gestão de crédito
privado (Seção III)

4.4.5 Gestão de Risco dos veículos de investimento; Gestão de Liquidez; Limites de
Composição e Concentração da Carteira (Capítulos VIII a X)

4.4.6 Apreçamento (Capítulo XI)

4.4.6.1 Princípios (Seção I) e provisão de perdas dos direitos creditórios (Seção II)

4.4.7 Fundos de Investimento (Capítulo XIII)

4.4.7.1 Disposições Gerais (Seção I)

4.4.7.2 Responsabilidade dos prestadores de serviços (Seção II)

4.4.7.3 Responsabilidade dos cotistas (Seção III)

4.4.7.4 Regime de insolvência (Seção IV)

4.4.7.5 Operações de empréstimo (Seção V)

4.4.8 Classificação dos Fundos (Capítulo XVIII)

4.4.9 Publicidade (Capítulo XXI)

4.5 Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros

4.5.1 Definições e Objetivo e Abrangência (Capítulo I)

4.5.2 Apreçamento (Capítulo II)

4.5.2.1 Responsabilidades (Seção I)

4.5.2.2 Estrutura organizacional (Seção II)

4.5.2.3 Manual de apreçamento (Seção III)

4.5.2.4 Critérios para apreçamento dos ativos (Seção IV). Regras gerais (Subseção I)

4.5.2.4.1 Ativos de renda fixa (Subseção II)

4.5.2.4.2 Ativos de renda variável (Subseção III)

4.5.2.4.3 Derivativos (Subseção IV)

4.5.2.4.4 Ativos no exterior (Subseção V)

4.5.2.4.5 Cotas de Classes (Subseção VI)

4.5.3 Gestão de risco dos veículos de investimento (Capítulo IV). Responsabilidades (Subseção I) e regras de risco (Subseção II)

4.5.4 Regras e procedimentos para a atividade de gestão de patrimônio financeiro (Anexo I)

4.5.4.1 Objetivo e abrangência (Capítulo I)

4.5.4.2 Política de Investimento (Capítulo II)

4.5.4.3 Contrato de gestão de Patrimônio (Capítulo III)

4.5.4.4 Conheça seu cliente (Capítulo IV)

4.5.4.5 Análise de perfil do investidor (Capítulo V). Regras gerais (Seção I) e Relatório de Perfil dos Investidores (Seção II)

4.5.5. Informações aos Investidores (Capítulo VI)

4.5.6 Regras e Procedimentos para todas as categorias de Fundos de Investimento (Anexo complementar III). Objetivo e abrangência (Capítulo I)

4.5.6.1 Prestadores de Serviços Essenciais (Capítulo II). Obrigações gerais dos prestadores de serviços essenciais (Seção I)

4.5.6.1.1 Obrigações gerais do administrador fiduciário (Seção II)

4.5.6.1.2 Obrigações gerais do gestor de recursos (Seção III)

4.5.6.1.3 Remuneração (Seção IV)

4.5.6.2 Apreçamento (Capítulo IV)

4.5.6.3 Risco de Liquidez (Capítulo VII). Responsabilidades (Seção I) e estrutura (Subseção II)

4.5.6.3.1 Política de gestão de risco de liquidez (Subseção II). Metodologia do processo (Seção II).

4.5.7 Regras e Procedimentos para FIF (Anexo complementar IV)

4.5.7.1 Objetivo e abrangência (Capítulo I)

4.5.7.2 Limites de investimento das classes (Capítulo II)

4.5.7.3 Gestão de crédito Privado (Capítulo III)

4.5.7.4 Investimentos no exterior (Capítulo IV)

4.5.7.5 Escala de risco das classes dos FIF (Capítulo V)

4.5.7.6 Classificação das classes dos FIF (Capítulo VI). Objetivo e Abrangência (Seção I).

Regras Gerais para Classificação (Seção II e Subseção I a V)

4.5.7.7 Publicidade dos FIF (Capítulo VII). Regras gerais (Seção I). Material publicitário e

(Seção II) e Material técnico (Seção III). Comparação e simulação (Seção V). Histórico de rentabilidade (Seção VI)

30

4.5.8 Regras e Procedimentos para FIDC (Anexo complementar V)

4.5.8.1 Objetivo e abrangência (Capítulo I)

4.5.8.2 Administração fiduciária e gestão de recursos (Capítulo II)

4.5.9 Regras e Procedimentos para Fundos de Investimento Imobiliário (Anexo complementar VI)

4.5.9.1 Objetivo e abrangência (Capítulo I)

4.5.9.2 Administração fiduciária e gestão de recursos (Capítulo II e Seção I a V)

4.5.10 Regras e Procedimentos para Fundos de Índice – ETF (Anexo complementar VII)

4.5.10.1 Objetivo e abrangência (Capítulo I)

4.5.10.2 Website (Capítulo II)

4.5.11 Regras e Procedimentos para FIP (Anexo complementar VIII)

4.5.11.1 Objetivo e abrangência (Capítulo I)

4.5.11.2 Regras gerais (Capítulo II)

4.5.11.3 Administração fiduciária e gestão de recursos (Capítulo III e Seção I e II)

5. PRODUTOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PROPORÇÃO: DE 10 A 15 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos sobre os Produtos de Previdência Complementar, aspectos de venda dos produtos e sua adequação ao tipo de plano e perfil dos investidores. Além disto, os profissionais devem ser capazes de orientar aos clientes a respeito dos benefícios dos planos de previdência complementar em termos tributários.

5.1 Previdência Social x Previdência Privada: Avaliação da necessidade do cliente

5.2 Agentes Reguladores e legislação aplicável ao mercado previdenciário

5.3 Produtos disponíveis de Previdência Complementar Aberta e suas características

5.3.1 Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL)

5.3.2 Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL)

5.4 Características técnicas que influenciam o produto

5.4.1 Taxa de administração

5.4.2 Taxa de carregamento

5.4.3 Portabilidade

5.4.4 Transferência entre diferentes perfis de planos

5.4.5 Resgates

5.4.6 Fase de contribuição

5.4.7 Fase de benefícios

5.4.7.1 Renda mensal vitalícia

5.4.7.2 Renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores

5.4.7.3 Renda vitalícia com reversão a beneficiário indicado

5.4.7.4 Renda vitalícia com prazo mínimo garantido

5.4.7.5 Renda mensal temporária

5.4.7.6 Renda mensal por prazo certo

5.4.7.7 Pagamento único

5.4.8 Possibilidade de pagamento de juros e/ou excedente financeiro

5.4.9 Tábua Atuarial ou Biométrica

5.5 O processo de venda dos produtos de Previdência Complementar

5.6 Escolha do Tipo de Fundo de Investimento Durante a Fase de Acumulação

5.6.1. Conceito de fundo exclusivo FIE

5.6.2. Classificação ANBIMA – Regras e procedimentos

5.6.2.1 Renda Fixa

5.6.2.2 Balanceados

5.6.2.3 Multimercados

5.6.2.4 Ações

5.7 Qualidade da venda – apresentação dos aspectos técnicos e de riscos dos produtos

5.8 Tributação em Planos de Previdência Complementar

5.8.1 Escolha do regime de tributação mais adequado ao cliente

5.8.1.1 Natureza dos rendimentos do cliente na Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física - DIR-PF (renda tributável; isenta; tributação definitiva)

5.8.1.2 Os modelos de DIR-PF: declaração completa ou simplificada

5.8.1.3 Horizonte de tempo para resgate ou conversão em renda

5.8.2 Regime Tributável ou Compensável: conceito; base de cálculo; alíquotas progressivas definidas em função da renda tributável total do contribuinte; antecipação de 15% na fonte para posterior ajuste na DIR-PF

5.8.3 Regime Definitivo ou Exclusivo: conceito; base de cálculo; alíquotas regressivas definidas em função do prazo de permanência no plano

5.8.4 Tributação após conversão em renda

5.9 Planejamento Tributário utilizando Planos de Previdência Complementar Aberta

5.9.1 Estratégias de Investimento em função dos objetivos do investidor; limites de aplicação em função do tipo de plano e perfil do Investidor.

6. GESTÃO DE CARTEIRAS E RISCOS (PROPORÇÃO: DE 10 A 20 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio de determinados conceitos associados à estatística, gestão de carteiras e análise de riscos. Cálculos poderão ser exigidos e a utilização de calculadoras financeiras será permitida.

6.1 Estatística aplicada

6.1.1 Medidas de posição central: média, mediana e moda.

6.1.2 Medidas de dispersão: variância e desvio padrão (volatilidade).

6.1.3 Medidas de associação entre duas variáveis: covariância, coeficiente de correlação e coeficiente de determinação (R^2).

6.1.4 Distribuição Normal

6.1.5 Intervalo de confiança em uma distribuição normal

6.2 Risco, Retorno e Mercado

6.2.1 Mercado Eficiente

6.2.2 Risco e Retorno Esperados

6.3 Seleção de Carteiras e Modelo de Markowitz

6.3.1 Retorno Esperado de uma Carteira; Retorno esperado de uma carteira de até três ativos

6.3.2 Diversificação do Risco de uma Carteira e o Modelo de Markowitz

6.3.3 Ativos com Correlação nula

6.3.4 Risco Diversificável e Risco Sistemático (não diversificável)

6.3.5 Taxa Livre de Risco e Prêmio pelo Risco de Mercado

6.3.6 A Fronteira Eficiente

6.3.7 Escolha da Carteira ótima

6.4 Modelo de Precificação de Ativos – CAPM

6.4.1 Reta do Mercado de Capitais (*Capital Market Line* – CML). Carteira mais atraente

6.4.2 Reta Característica

6.4.2.1 Coeficiente alfa

6.4.2.2 Coeficiente beta: O risco sistemático

6.4.2.3 Risco não sistemático

6.4.3 Reta do Mercado de Títulos (*Security Market Line* – SML)

6.4.4 *Arbitrage Pricing Theory* – APT.

6.5 Alocação de Ativos

6.5.1 *Asset Allocation*: processo e critério de diversificação de produtos de investimento

6.5.2 Definição de classes de ativos e correlação entre os ativos de mesma classe

6.5.3 Critérios de alocação de ativos e rebalanceamento das carteiras

6.5.4 Alocação de ativos: horizonte de tempo e perfil do investidor. Alocação Estratégica em função da evolução do tempo do investimento. Alocação Tática em função de alterações nas condições do mercado

6.6 Acordo de Basiléia – Conceito internacional e suas aplicações no Brasil

6.7 Gestão de Riscos em Fundos de Investimento e Carteiras Administradas

6.7.1 Prêmio pelo Risco

6.7.1.1 Índice de Sharpe

6.7.1.2 Índice de Treynor

6.7.2 Índice de Modigliani

6.7.3 Valor em Risco de uma Carteira – VAR (*Value at Risk*)

6.7.4 *Stress Test*

6.7.5 *Stop Loss*

6.7.6 Back Testing

6.7.7 Tracking Error e Erro Quadrático Médio

7. PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTO (PROPORÇÃO: DE 15 A 25 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional possui uma visão geral e consolidada dos tópicos anteriores, tem domínio dos conceitos apresentados e sua aplicação na avaliação de produtos de investimento, incluindo os principais indicadores de retorno e risco abordados nos itens anteriores do programa. Cálculos poderão ser exigidos tendo como base os itens anteriores do programa. Espera-se que o profissional demonstre uma visão consolidada, permitindo desta forma uma recomendação adequada de alocação de investimentos em função do perfil dos investidores, suas reações na perspectiva de Finanças Comportamentais e do processo de decisão. (Para os cálculos as fórmulas serão fornecidas).

7.1 Entrevista e Processo de Análise do Perfil do Investidor

7.1.1 Resolução CVM Nº 30 e Código de Distribuição de Produtos de Investimento (Capítulo XI) – dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (*suitability*). Entrevista e aplicação de questionário para identificar o perfil e situação patrimonial do cliente.

7.1.1.1 Abrangência; perfil do cliente; categorias de produtos; vedações e obrigações; controles internos; atualizações e dispensas. Obrigatoriedade do API para Pessoa Física e Pessoa Jurídica, isenções e exceções.

7.1.1.2 Adequação de produtos ofertados em função do perfil do investidor. Importância e motivação do API para o investidor. Possibilidade de venda de um produto não adequado ao perfil do investidor.

7.1.2 Fatores Determinantes para Adequação dos Produtos de Investimento as Necessidades dos Investidores

7.1.2.1 Objetivo do investidor

7.1.2.2 Horizonte de investimento e idade do investidor

7.1.2.3 Risco versus retorno. Capacidade de assumir riscos, o nível de risco suportável pelo investidor e sua tolerância ao risco. Retorno esperado e retorno requerido para atingir um objetivo

7.1.3 Entendimento dos objetivos, necessidades, restrições e prioridades do cliente. Valores e atitudes das pessoas em relação a sua faixa etária (Ciclo de Vida). Atitudes das pessoas em relação a risco/retorno.

7.2 Decisões do Investidor na perspectiva de Finanças Comportamentais

7.2.1 A decisão do investidor na perspectiva das Finanças Comportamentais

7.2.2 As principais Heurísticas (regras práticas que orientam o julgamento e avaliação dos investidores)

7.2.2.1 Heurística da disponibilidade (decisões influenciadas por ocorrências e eventos recentes na memória do investidor)

7.2.2.2 Heurística da representatividade (decisões a partir de associações com estereótipos formados e desprezo a informações relevantes para a tomada de decisão)

7.2.2.3 Ancoragem (decisões com base em conhecimentos prévios ou pré-concebidos)

7.2.3 Vieses comportamentais do investidor

7.2.3.1 Otimismo e suas influências na decisão de investimento

7.2.3.2 Excesso de Confiança

7.2.3.3 Armadilha da Confirmação

7.2.3.4 Ilusão do Controle

7.2.4 Efeitos de estruturação (*framing*): influência de investimento em função da forma como o problema é apresentado

7.2.5 Aversão à perda: manutenção de investimentos não lucrativos e venda de investimentos com ganho certo

7.3 Planejamento de Investimento

7.3.1 Princípios básicos do Processo de Planejamento Financeiro Pessoal: as etapas do processo de planejamento financeiro

7.3.2 Entendimento do risco pelo investidor: decisões do investidor na perspectiva da teoria de carteiras. Expectativas racionais

7.3.3 Orçamento Pessoal: poupança e gastos correntes; receitas e despesas. Fluxo de caixa

7.3.4 Balanço Patrimonial: ativos e investimentos; passivos, dívidas e financiamentos. Patrimônio Líquido

7.3.5 Reserva de Curto Prazo (reserva de emergência): necessidade e dimensionamento. Produtos adequados a esse objetivo.

7.3.6 Apresentação e escolha de alternativas e carteiras de investimento de longo prazo. Acompanhamento das recomendações de investimento ou carteiras.

7.3.7 Apresentação e acompanhamento da *performance* dos investimentos e aderência ao perfil de risco do cliente

7.3.8 Recomendação de mudança dos investimentos em função de mudanças relação de risco x retorno do mercado (rebalanceamento)

7.3.9 Alternativas financeiras adequadas ao planejamento fiscal em função da situação econômica do cliente. Necessidade de novo direcionamento de produtos em função de mudanças no horizonte de investimento, situações especiais e aspectos de planejamento fiscal.